

# COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## PROJETO DE LEI Nº 5.010, DE 2016

(Apensos: PL nº 6.529/2016 e PL nº 6.675/2016)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**Autor:** Deputado LÚCIO VALE e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos

**Relator:** Deputado JOÃO PAULO PAPA

## COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Considerando os últimos debates realizados no âmbito dessa Comissão e atendendo às sugestões deste egrégio Plenário, optamos por realizar as seguintes complementações de voto:

Em primeiro plano, entendemos adequado promover a alteração da redação do art. 6º, da Lei nº 12.587/12, inserindo nas diretrizes gerais na Política Nacional de Mobilidade Urbana a mitigação dos impactos na mobilidade, a possibilidade de recuperação dos investimentos em obras em transportes através da contribuição de melhoria e, por fim, o estímulo a parceria entre o setor privado e público, dessa forma o texto se associa as regras urbanísticas e confere maior segurança jurídica para as autoridades municipais e para o empreendedor.

Outra alteração que consideramos importante é a alteração do inciso III ao art. 16, da Lei nº 12, que inclui entre as atribuições da União a elaboração do plano nacional de mobilidade urbana, visto que a elaboração de um Plano, no qual a União defina quais são as prioridades do setor, poderá, por exemplo, orientar a escolha de projetos para receber financiamento federal.

Assim, com as alterações ora sugeridas, consolida-se a proposição objeto do Projeto de Lei nº 5.010/2016, nos termos do Substitutivo apresentado a seguir, que mantém integralmente as demais disposições nele contidas, na forma ora submetida à apreciação dos nobres pares.

Nesses termos, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.010, de 2016, na forma do Substitutivo anexo, e pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 6.529, de 2016, e do Projeto de Lei nº 6.675, de 2016.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2017.

**Deputado João Paulo Papa**

Relator

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.010, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que entre outras providências, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre os princípios e diretrizes dessa Política, sobre a política tarifária, os direitos dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, as atribuições dos entes federados e o Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 2º A Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – altera o art. 3º, mediante nova redação da alínea 'c' do inciso I do § 2º e do acréscimo do seguinte inciso VIII ao § 3º:

Art. 3º .....

§ 2º .....

I – .....

.....

c) misto, de carga e passageiros;

.....

§ 3º .....

.....

VIII – calçadas e passagens de pedestre. (NR)

II – acrescenta os seguintes incisos X e XI ao art. 5º:

Art. 5º .....

.....

X – concepção de mobilidade urbana sob a perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

XI – cooperação interfederativa. (NR)

III – acrescenta os seguintes incisos ao art. 6º:

Art. 6º .....

.....

VIII – prioridade nos deslocamentos de pedestres e ciclistas;

IX – integração e gestão compartilhadas entre as cidades inclusas em regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas;

X – redução do número de deslocamentos nas cidades, por meio da aproximação entre os locais de moradia e os de emprego e serviços;

XI – mitigação dos impactos na mobilidade decorrentes do desenvolvimento urbano;

XII – recuperação dos investimentos do Poder Público em infraestrutura de transportes de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos e rurais mediante instituição da contribuição de melhoria.

XIII – promover parceria entre o público e o privado para a implantação da infraestrutura em transporte através da concessão de incentivos urbanísticos e fiscais.

IV – acrescenta o inciso X e o § 4º ao art. 8º:

Art. 8º .....

.....

X – incentivo ao pagamento de tarifas por meio eletrônico.

§ 4º A concessão de novos benefícios tarifários a um conjunto de usuários nos serviços de transporte público coletivo deverá ser custeada com recursos financeiros específicos previstos em lei, sendo vedado atribuir o referido custeio aos usuários do respectivo serviço público. (NR)

V – altera o art. 9º, mediante nova redação ao § 7º:

Art. 9º .....

.....

§ 7º Competem ao poder público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço e da tarifa pública a ser cobrada do usuário, aos quais será dada publicidade, inclusive por meio da Internet.

VI – o caput do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Na prestação de serviços de transporte público coletivo, o poder público delegante deverá realizar atividades de fiscalização e controle dos serviços delegados, preferencialmente em parceria com os demais entes federativos, inclusive no cumprimento da atribuição expressa no inciso VII do art. 22. (NR)

VII – altera o art. 14, mediante o acréscimo do inciso V ao caput, a renumeração do atual parágrafo único para § 1º, com mudança de sua redação e a adição do inciso IV, e o acréscimo dos §§ 2º e 3º:

Art. 14. ....

.....

V – ser informado sobre as intervenções em mobilidade urbana realizadas ou planejadas pelos diferentes entes da federação.

§ 1º Os usuários dos serviços de transporte coletivo terão o direito de ser informados, em linguagem acessível e de fácil compreensão, inclusive pela Internet, sobre:

.....

IV – o cálculo das tarifas cobradas pelos serviços e respectivos ajustes e revisões, ordinárias ou extraordinárias, incluindo a remuneração do operador.

§ 2º Além do previsto no § 1º deste artigo, os usuários deverão ter acesso ao extrato do seu cartão de transporte, inclusive por meio de aplicativo desenvolvido para esse fim.

§ 3º Os pedestres e os ciclistas terão direito à infraestrutura

adequada para locomoção segura, com vistas à garantia de acessibilidade. (NR)

VIII – altera os incisos I e III do art. 16:

Art. 16. ....

I – prestar assistência financeira e manter serviço permanente de assistência técnica em mobilidade urbana para Estados, Distrito Federal e Municípios;

III – elaborar o plano nacional de mobilidade urbana, bem como organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo.

..... (NR)

IX – altera o art. 17, por meio do acréscimo do inciso IV e do § 2º, com a renumeração do parágrafo único vigente para § 1º:

Art. 17. ....

.....

IV – prestar assistência técnica e financeira aos Municípios.

§ 1º .....

§ 2º Nas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas delimitadas nos termos do § 1º do art. 25 da Constituição Federal, em que a mobilidade urbana for expressamente considerada como função pública de interesse comum, serão observadas as disposições sobre governança interfederativa estabelecidas na Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. (NR)

X – altera o art. 18, pela mudança de redação do inciso I e pelo acréscimo do inciso V:

Art. 18. ....

I – planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, que deve contemplar o transporte de pessoas e carga, em consonância com o plano diretor municipal referido no § 1º do art. 182 da Constituição federal e com outros instrumentos da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

.....

V – disciplinar os serviços de transporte urbano, observadas as disposições desta Lei e demais normas gerais pertinentes. (NR)

XI – altera o art. 24, pela mudança de redação do inciso VI e dos §§ 3º e 4º e pelo acréscimo do inciso XII:

Art. 24. ....

VI – a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária, mediante proposta de logística urbana elaborada pelo gestor público, ouvidos os agentes privados do setor;

.....

XII – o emprego de tecnologia de informação e comunicação para a melhoria da mobilidade urbana.

.....

§ 3º O Plano de Mobilidade urbana deverá ser integrado ao:

I – plano diretor municipal existente ou em elaboração;

II – plano de desenvolvimento urbano integrado existente ou em elaboração, nas regiões metropolitanas e outras aglomerações urbanas delimitadas nos termos do § 1º do art. 25 da Constituição Federal.

§ 4º Os Municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana até a data de promulgação desta Lei terão o prazo máximo de cinco anos, contados da data de vigência desta Lei, para elaborá-lo, findo o qual ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana, até que atendam à exigência desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 2017.

**Deputado JOÃO PAULO PAPA**

Relator